



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680954 - SP (2021/0223684-0)

**RELATOR** : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
MAYARA ROSSALES MACHADO - RS081244  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : ROSANA DOS REIS OLIVEIRA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ROSANA DOS REIS OLIVEIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 0008869-74.2014.8.26.0223).

A paciente foi condenada pelo Juízo de primeiro grau, como incurso no art. 157, § 2º, inciso I, c/c art. 14, inciso II, ambos do CP, à pena de 3 anos, 1 mês e 10 dias de reclusão em regime inicial fechado, acrescida do pagamento de 7 dias-multa.

A defesa interpôs recurso de apelação.

O Tribunal local, ao prover parcialmente o reclamo defensivo, afirmou o seguinte (fls. 22 e 23, grifo meu):

As iniciais partiram dos mínimos, 4 anos de reclusão e 10 dias-multa, porque consideradas normais as circunstâncias do CP, art. 59, *caput*.

Pela **presença reincidência** (certidão de fls. 42) foram elevadas em 1/6 - 4 anos, 8 meses de reclusão e 11 dias-multa -, o que se revelou adequado.

Nesse particular, contrariamente ao sustentado, a condenação definitiva referida somente foi extinta aos 15/4/2010 e, considerando-se a data dos fatos aqui apurados (18/9/2014), não transcorrido o prazo depurador de cinco anos previsto no CP, art. 64, I.

Ausentes atenuantes.

[...]

**No tocante ao regime, o fechado é o único compatível com a recidiva e gravidade da conduta** - aferível pela audácia do apelante que, mediante emprego de arma branca, aborda vítima em plena via pública, para subtração de seu bem -, [...] afigurando-se justo, para reafirmação da norma penal violada, que a resposta Estatal seja mais

intensa, proporcional à gravidade do crime, sob pena de equiparação de situações desiguais, em ofensa ao princípio da individualização.

Diante do exposto, dá-se provimento parcial ao recurso, para desclassificar a conduta ao CP, art. 157, *caput*, c.c. o art. 14, II, e reduzir as penas a **2 (dois) anos, 4 (quatro) meses de reclusão** e 5 (cinco) dias-multa, mantida, no mais, a sentença.

Em suas razões, sustenta a impetrante a ocorrência de constrangimento ilegal, uma vez que o regime prisional "fechado", fixado em desfavor da apenada, com pena-base aquilatada no mínimo legal e em patamar inferior a 4 anos, está pautado, apesar sua reincidência, na gravidade abstrata delitiva.

Nesse panorama, requer a impetrante, liminarmente, seja abrandado o regime prisional imposto para o semiaberto, na forma do "artigo 33, § 2º, alínea "b", e § 3º, do Código Penal" (fl. 4). No mérito, pugna pela concessão da ordem ambulatorial alhures, de forma definitiva.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em análise sumária, própria do regime de plantão, verifica-se que o regime inicial mais gravoso foi fixado com base na gravidade abstrata do delito de roubo "simples" tentado e em considerações genéricas, embora a pena-base da paciente tenha sido fixada no mínimo legal, o que afronta as Súmulas n. 718 e 719 do STF e 440 do STJ.

Assim, não obstante a reincidência (genérica) da apenada, ao se considerar o *quantum* da pena aplicada, de "**2 (dois) anos, 4 (quatro) meses de reclusão**" (fl. 23 - g.m.); a ausência de circunstâncias judiciais desfavoráveis; e a falta de fundamentação concreta, deve-lhe ser fixado o regime semiaberto (art. 33, § 2º, alínea "b", e § 3º, do Código Penal), consoante inteligência da **Súmula n. 269/STJ** (grifo meu):

É admissível a adoção do regime prisional **semiaberto** aos reincidentes condenados a pena igual ou inferior a quatro anos se favoráveis as circunstâncias judiciais.

Em casos análogos:

PENAL. *HABEAS CORPUS* SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. NÃO CABIMENTO. **ROUBO** MAJORADO. DOSIMETRIA. PENA INFERIOR À OITO ANOS. REGIME FECHADO. VIOLAÇÃO SÚMULA 269/STJ. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. *HABEAS CORPUS* NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

[...]

II - Em relação ao regime inicial de cumprimento de pena, conforme o disposto no artigo 33, parágrafo 3º, do Código Penal, a sua fixação pressupõe a análise do quantum da pena, bem como das circunstâncias judiciais previstas no artigo 59 do mesmo diploma legal.

III - Na presente hipótese, **o Tribunal de origem incorreu em constrangimento ilegal, pois violou o enunciado da Súmula n. 269 desta Corte**, a qual dispõe que "é admissível a adoção do regime

prisional semiaberto aos reincidentes condenados a pena igual ou inferior a quatro anos se favoráveis as circunstâncias judiciais." Precedente.

*Habeas corpus* não conhecido. **Ordem concedida de ofício.**

(HC 623.981/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 09/02/2021, DJe 17/02/2021 - g.m.)

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. **ROUBO. DOSIMETRIA. [...] REGIME SEMIABERTO CABÍVEL. SÚMULA 269/STJ. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO IMPROVIDO.**

1. [...] verifica-se que a reprimenda do paciente permaneceria a mesma (3 anos, 1 mês e 10 dias de reclusão e 7 dias-multa), porém, com a possibilidade de início do cumprimento da pena em **regime semiaberto**, nos termos da **Súmula 269 do STJ: É admissível a adoção do regime prisional semiaberto aos reincidentes condenados a pena igual ou inferior a quatro anos se favoráveis as circunstâncias judiciais.**

[...]

(AgRg no HC 630.594/SC, Rel. Ministro OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO), SEXTA TURMA, julgado em 01/06/2021, DJe 07/06/2021 - g.m.)

Ante o exposto, defiro o pedido de liminar para que a paciente aguarde, em regime semiaberto, o julgamento definitivo do *habeas corpus*, ressalvada a hipótese de estar cumprindo pena por outro processo em regime diverso ou de haver contra ele mandado de prisão cautelar.

Comunique-se com urgência ao Juízo de primeira instância e ao Tribunal de origem, solicitando-se-lhes informações, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 16 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente